

Imagens e Monumentos: A construção das identidades paulistanas (1922-1955)

MARCOS ROGÉRIO DA SILVA MOREIRA*

VANER SILVIA SOLER BIANCHI**

Sob a luz de Choay e Certeau, o artigo discute sobre o panorama em que se deu o desenvolvimento urbano e do crescimento populacional da cidade de São Paulo nos anos de 1920, período de amadurecimento e concretização das ideias modernistas preconizadas por Mário de Andrade em sua *Pauliceia Desvairada* apresentando uma São Paulo incipiente, de vestígios coloniais, dependente da economia cafeeira que se contrapunha a efervescência industrial celebrada em 1954, quando das comemorações do IV Centenário da cidade.

Apresenta-se algumas reflexões sobre o panorama em que se deu o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional de São Paulo entre os anos de 1920, período em que a cidade se apresentava incipiente, de vestígios coloniais, dependente da economia cafeeira, cuja as ideias modernistas preconizadas por Mario de Andrade em sua *Pauliceia Desvairada* amadurecia, em contraste com a efervescência industrial celebrada da década de 1950, com a construção das memórias em torno dos monumentos de São Paulo que marcaram as efemérides do IV Centenário da cidade de São Paulo (1953-1955).

O Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret foi um presente da Assembleia Legislativa do Estado São Paulo para a cidade, em homenagem ao seus 400 anos. O monumento à Mãe Preta corresponde à realização da solicitação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

* Marcos Rogério Moreira da Silva- É mestrando em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Estudos Sociais, Pedagogia e História. Possui especialização em História da Arte pela Universidade e Arqueologia, História e Sociedade. É docente do Centro Universitário Anhanguera. Mestrado financiado pelo CNPQ.

** Vaner Silvia Soler Bianchi - Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Educação, Administração e Comunicação. Especialista em Psicopedagogia e em Ciências Humanas, Letras e História. Possui curso de extensão em História de São Paulo pelo Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo. É graduada em Pedagogia e História. É membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e participante dos grupos de pesquisas (CNPQ): Grupo Modernidade, Culturas e Escolas na cidade de São Paulo nos séculos XIX.

dos Homens Pretos de São Paulo à Câmara Municipal, em reconhecimento a memória de um dos ícones de sua história e sua importância na formação da sociedade brasileira.

Pretende-se revisitar as memórias individuais e coletivas bem como as experiências de vida dos envolvidos nos processos que deram origem ao monumento à Mãe Preta, a partir da análise dos anais da Câmara Municipal, de periódicos de grande e pequena circulação, das obras de memorialistas da cidade de São Paulo e das atas das reuniões da Irmandade dos Homens Pretos, também conhecida como Clube dos 220¹. De modo complementar, fez-se necessária revisão bibliográfica das produções acadêmicas em torno da pesquisa proposta, a saber: Semana de Arte Moderna de 1922, IV Centenário, São Paulo, Mito Bandeirante, Mãe Preta.

DISCURSO URBANÍSTICO E DESENRAIZAMENTO

Foi sob o emblema da modernidade que construções urbanísticas como os edifícios Martinelli (1924-1929)² e Altino Arantes (1939-1947)³ remodelaram *a então área mais nobre da capital, entre as ruas São Bento, Líbero Badaró e avenida São João*⁴. Nesse período, a reurbanização da cidade ainda objetivava um saneamento social da região central que havia se iniciado algumas décadas antes. Como se fosse um texto, essas construções reescreveram a cidade sobre seu passado negro, escravocrata e rural, como um palimpsesto, num jogo de memória e esquecimento (TORRÃO FILHO, 2004, p.10).

Com as atenções voltadas para a modernidade, o passado da cidade recente era posto de lado, abandonado, e com esse passado alguns de seus personagens que, para as elites paulistas, ainda insistiam em se fazer presentes: os negros. Houve em 1888 e 1904 a expulsão dos negros

¹ O Clube dos 220 era uma entidade que congregava agremiações negras do Estado de São Paulo, se empenharam na construção de um monumento à Mãe Preta na cidade de São Paulo, no começo dos anos 1950.

² O Edifício Martinelli é um prédio localizado no centro da cidade de São Paulo, foi considerado o primeiro arranha-céu brasileiro e da América do Sul (1929). Impressionava não só pelas dimensões como pela rica ornamentação e luxuoso acabamento: portas de pinho de Riga, escadas de mármore de Carrara, vidros, espelhos e papéis de parede belgas, louça sanitária inglesa, elevadores suíços

³ O Edifício Altino Arantes, conhecido como Banespão, é um dos prédios mais emblemáticos da capital paulista, sendo o terceiro arranha-céu mais alto da cidade e o sétimo mais alto do Brasil (1947)

⁴ Museu da Casa Brasileira, disponível em <http://www.mcb.org.br/pt-BR/programacao/lancamentos/predios-de-sao-paulo>, acessado em 19.05.2016.

que moravam nas proximidades do Largo do Rosário, fortemente relacionada à imagem do trabalho escravo, ilustrando o modo como o imaginário urbano interferiu na cidade (SILVA, 2015, p.18), inscrevendo-se materialmente na medida em que o medo proveniente das tradições populares dos negros e o preconceito redefiniam os espaços dessa cidade.

Essa desapropriação das áreas ocupadas pelos negros na região mais central de São Paulo, e sua transferência para o largo do Paissandu denota ao projeto urbanístico da cidade um caráter europeizante e embranquecedor, sob alegações higienistas, moralizantes e disciplinadoras condizentes com os novos tempos, “recalcando as poluições físicas, mentais e políticas; estabelecendo um não-tempo; e criando um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade” (SILVA, 2014, p. 18), e que parece desejar, por si própria, sua modernização e reconfiguração. Esse projeto modernizante se concilia com o discurso urbanístico, revestido de cientificidade, introduzido para justificar as ações de poderes anônimos, consonantes com o panoptismo foucaultiano⁵.

Nos planos das elites econômicas para a inserção da cidade de São Paulo na modernidade não havia espaço para os negros. E na própria cidade, os negros e descendentes de escravos eram removidos dos locais que ocupavam, assim como os entulhos das antigas construções que abriam espaço às novas habitações, para dar lugar a avenidas e novos bairros a serem ocupados pela população operária.

O desejo de inscrever a capital nos anais da modernidade atingiu São Paulo com vigor e foi responsável, entre outras coisas, pela especialização no uso dos espaços com a criação de bairros residenciais de alto padrão e de bairros ocupados pela população operária. A paisagem também foi modificada pela presença maciça de fábricas, pelos bondes e pela demolição de edificações para a abertura de grandes avenidas. Com diferenças temporais e regionais, esse processo ocorreu em diversos países e envolveu transformações tecnológicas que propiciaram a criação dos grandes complexos industriais e contou com a intervenção do Estado na determinação do ritmo, do alcance e do sentido do desenvolvimento econômico.

Porém, com a industrialização e a expansão urbana, as contradições sociais se acentuaram. (MOURA, 2010, p.17-18).

⁵ Panóptico: Termo usado para designar um centro penitenciário ideal. Michel Foucault apropriou-se do termo ao estudar a sociedade disciplinar, em que constata que a sua singularidade reside na existência do desvio diante da norma. E assim para "normalizar" o sujeito moderno, foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância, capazes de interiorizar a culpa e causar remorsos pelos seus atos.

Os empregos oriundos desse processo de industrialização passaram a ser oferecidos aos imigrantes, que passaram a preencher a maior parte dos postos de trabalho. Até mesmo os trabalhos que historicamente eram realizados por escravos passaram a ser realizados por brancos. Essa exclusão do mercado de trabalho marginalizava socialmente os negros tanto no projeto de modernidade quanto na reorganização da cidade (KOWARICK, 1994, p. 91).

A construção do Edifício Altino Arantes, que ocupou o mesmo local que antes era localizada a Igreja do Rosário, tem seu simbolismo. É a própria materialização do olhar voyeur. Mais do que isso, a concretização da ancestral vontade de se ver a cidade de cima, como o olho celestial, no exercício de suas táticas de se apoderar da cidade. Antes, porém, o Edifício Martinelli não apagou o caminho das lavadeiras, dos carregadores, e dos que possuíam outras ocupações⁶ que os brancos não queriam, mas a construção que erguia-se aos trinta andares começava a projetar sua sombra às memórias desses caminhantes. “A atopia-utopia do saber ótico leva consigo há muito tempo o projeto de superar e articular as contradições nascidas da aglomeração urbana”. (CERTEAU, 2012, p.172).

Mas o novo desenho do mapa da cidade não apagou os passos. A construção da nova Igreja do Rosário, em 1908, no atual Largo do Paissandú⁷ remonta a um período em que o largo localizava-se em “outro monte, longe do principal, do outro lado do Rio Anhangabaú” (JACINTO, 2012, p. 23). Os antigos moradores daquele local protestaram contra a construção da Igreja, sob alegação de “enfeiar” a praça. Considerando a transitoriedade experimentada pelos negros despejados do antigo largo do Rosário, destituídos de sua Igreja e da sede de sua Ordem e rejeitados pela nova vizinhança, vivenciando uma experiência de cidade, como os caminhantes de Certeau, e diante das circunstâncias que se lhes impunham, responderam com suas próprias estratégias escrevendo uma cidade às cegas no decorrer de seu caminhar.

⁶ Na documentação levantada é recorrente o emprego do termo “profissão” para designar os postos de trabalho ocupados por brancos enquanto o termo “ocupação” é o mais usado como referência aos postos de trabalho ocupados por negros.

⁷ Paissandú, e Paissandu. A grafia do nome do largo é polêmica e até o presente momento, não houve consenso.

Sob as gestões administrativas dos Prefeitos Fábio da Silva Prado (1934-1938) e Francisco Preste Maia (1938-1945), a regularização do uso dos espaços e retificação de ruas e avenidas, concretizaram a *vontade de otimizar a cidade*, como evidenciadas por Choay, com o claro objetivo de “suprimir os defeitos de um espaço urbano mal adaptado às ‘performances’ que se lhe atribuem” (CHOAY, 1985, p. 249), onde as construções não condizentes com as necessidades que se apresentavam nos novos tempos eram simplesmente demolidas, isto é: “tudo que fosse considerado mal construído, mal decorado (...), ou cujas disposições fossem julgadas viciadas com relação aos embelezamentos projetados” (HAUSSMANN, Cit. por CHOAY, 1985, p. 250)

Uma vez desenraizados, não bastava somente o construir arquitetônico de uma nova igreja num lugar qualquer no espaço da cidade. Era preciso reestabelecer o habitar que, de acordo com a quaternidade Heideggeriana⁸, consistiria na criação de um espaço de recuperação do Ser e na sua persistência e permanência para além da mortalidade. Era preciso criar um lugar de descanso, um lugar de memória.

A memória⁹ talvez tenha sido uma das construções mais trabalhadas por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo¹⁰. O mito Bandeirante ganhou projeção nacional, com São Paulo a frente como uma locomotiva que puxava os outros Estados do Brasil para o progresso, com o mesmo ímpeto aventureiro e empreendedor que no passado impulsionara as Bandeiras ganhou seu monumento, materializando uma memória cívica, instituída pelos poderes públicos estadual e municipal. As bandeiras anunciavam uma herança ancestral das elites paulistanas na condução dos rumos da nação. Presentes na escultura de Brecheret, em que os negros eram mais uma vez desapropriados, desta vez na memória coletiva, diluídos entre as outras figurações humanas (mamelucos e índios). Os personagens históricos mais exaltados na publicidade do IV Centenário eram o Bandeirante, o Jesuíta e o Índio. (LOFEGO, 2006).

⁸ HEIDEGGER, Martin. Construir Habitar Pensar. Trad. Esp. Madri: La Oficina, 2015, p. 23. A quaternidade seria a harmonia entre o céu e a Terra, os divinos e os mortais, com o objetivo de recuperar a conjunção entre o humano e o divino. Para Heidegger, o homem é na medida em que habita.

⁹ A memória antiga, pois a memória recente, escravagista e rural era abandonada.

¹⁰ Durante o governo Vargas, e principalmente após o levante paulista de 32, os ânimos regionalistas foram desestimulados, o que refreou os impulsos modernizantes das elites da cidade e sua ânsia por projeção nacional. Após a queda de Vargas, em 1945, essas elites retomariam seus projetos com maior vigor e empenho.

Imbuídos por um ressentimento de descaso e sensação de esquecimento, a Ordem da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos reivindicou, na ocasião, à Câmara Municipal de São Paulo, a construção de um monumento em homenagem à Mãe Preta, figura histórica presente nos lares ricos durante a escravidão até 1886, quando de seu impedimento no exercício da atividade por meio de dispositivos legais¹¹.

O largo onde foi construída a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos receberia ainda como anexo o Monumento à Mãe Preta. Monumento esse que, por definição, teria a finalidade de perpetuar a memória daquela comunidade. Depositário de memória, suporte da memória coletiva. O monumento guarda em si as representações históricas anteriores, o qual configura-se como aquilo que Rossi definiu como lugar de permanência e tradição (ROSSI, 2001, P.149). Uma vez estabelecidos no atual largo do Paissandú, o Clube dos 220 passou a realizar celebrações e comemorações no entorno da Igreja, com a escultura de Júlio Guerra em meio aos atos.

Inaugurada no encerramento das comemorações do IV Centenário, a escultura ainda foi alvo de polêmicas sobre suas representações. Choay ao tratar da iconografia dos monumentos históricos, traçou um panorama da constituição dos valores históricos e cognitivos dos monumentos. Lembrada por memorialistas brancos e negros, por sua complacência na visão de uns, resiliência na visão de outros, a figura histórica do Monumento à Mãe Preta constituiu-se como signo icônico e emblemático de resistência negra na construção cotidiana das relações sociais da história da sociedade brasileira. Armando Silva, em seu texto sobre A Cidade Imaginada, aponta que “tudo o que é patrimonial é objeto de arquivo. Os objetos urbanos teriam somente uma função objetiva, mas recebem também uma valoração imaginária que o dota de outra substância representacional” (SILVA, 2014, p. 20).

¹¹ O artigo 266 do Código de Postura determinava que para ser aceita no trabalho de ama de leite era necessário provar “com atestado de pessoa abonando sua conduta e condição de livre, exceto se for reconhecidamente livre ou estrangeira”, ou seja, branca.

Nas questões das lembranças, Halbwachs (1990) aponta que é preciso refazer, reconstruir e repensar o passado com ideias de hoje. O simples fato de recriar o passado não significa conservá-lo, mas criar novos pontos de vista, estudar as relações sociais, reconstruindo nesse caso, a representação dos patrimônios e seus significados para a sociedade. Para o pesquisador não resta senão registrar e reconstruir, no que for possível, os fatos que marcaram as lembranças, e assim explicar as questões da sobrevivência dos lugares e patrimônios como agentes que representam o imaginário.

A compreensão do passado contribui para o entendimento do presente, mas não é um processo acabado, fechado aos significados sociais; abre espaço para novas discussões, preserva um patrimônio edificado, sem pretender conservar o antigo ou fixar o moderno, mas promover a historicidade, trazer à tona valores simbólicos da cidade, como o sentimento de fazer parte, de interagir com o meio, de pertencimento.

Em 2004, a pedido da Irmandade, a escultura foi tombada pelo CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, em reconhecimento ao seu valor histórico e artístico, considerada como Patrimônio Cultural da Cidade.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, os edifícios são a expressão mais clara de um povo em determinado momento histórico e são exemplos da sua forma de viver, da técnica disponível e de manifestação artística. Por constituírem criações mais duráveis do que as outras manifestações culturais, muitas vezes abrigam ou incorporam outras artes como a escultura por exemplo. As edificações constituem a grande maioria dos bens tombados, mesmo aqueles que o são apenas pelo seu significado histórico.

A escultura era a ponte que religava os mortais e os divinos, o Céu e a Terra.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: *Invenção do cotidiano*, v. 1, Artes de Fazer. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHOAY, Françoise. Uma figura em preparação: derivas e desconstrução; A Teoria do Urbanismo. In: *A regra e o modelo*. Sobre a teoria da arquitetura. Trad. Geraldo Gerson de Souza São Paulo: Perspectiva, 1985. Original inglês.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDEGGER, Martin. *Construir Habitar Pensar*. Trad. Esp. Madri: La Oficina, 2015.

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho pós-abolição*. (1912 – 1920). São Paulo, 2012. 226 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LOFEGO, Silvio Luis. A constituição da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Memória e Patrimônio*, São Paulo: UNESP, v. 2, n.2, 2006. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/20>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

MOURA, Irene Barbosa de. *A cidade e a festa: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo*. São Paulo, 2010. 179 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSSI, Aldo, A individualidade dos fatos urbanos. A arquitetura. In: *A Arquitetura da Cidade*. 2. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Original italiano.

SILVA, Armando. A cidade imaginada. In: *Imaginarios: estranhamentos imaginários*. São Paulo: SESC, 2014.

TORRÃO FILHO, Amilcar. A sétima porta da cidade: memória, esquecimento e ressentimento na história de São Paulo. *História & Perspectivas*, Uberlândia, UFU, 31, 127-152, p. 10, Jul./Dez. 2004.